

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
JACOB GORENDER: modo de produção e transição tipicamente brasileiros para se pensar uma revolução socialista			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Maria Mello de Malta	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professora
Marco Antonio Martins da Rocha	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Professor
Carla Curty	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutoranda
Filipe Leite Pinheiro	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestrando
Wilson Vieira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Jacob Gorender formulou suas interpretações sobre a formação social brasileira de forma a servir de subsídio para sua intervenção política. A pesquisa que Gorender realizou e que o levou à formulação do escravismo colonial como um modo de produção historicamente novo e teoricamente inovador foi para subsidiar sua crítica às formulações PCB sobre a revolução brasileira, derivadas de reflexões sobre o caráter feudal ou capitalista originário da formação social brasileira. É possível identificar na principal obra em que Gorender apresenta suas formulações a respeito da caracterização que faz do modo de produção brasileiro – <i>O escravismo colonial</i> (1978) – duas dimensões: teórica e histórica. Do ponto de vista teórico, Gorender busca recuperar o conceito de modo de produção, a noção de sistema escravista e de sistema colonial a fim de assentar as bases para a sua reflexão sobre a existência, no Brasil, de um modo de produção historicamente diferenciado e com leis de movimento próprias. A dimensão histórica se dá no sentido de descrever o processo histórico do modo de produção brasileiro desde a colonização, sua referência para caracterizar as leis de movimento deste modo de produção, explicar a forma de ocupação territorial, a forma peculiar da escravidão brasileira, os processos de circulação e de reprodução. Desta forma, temos como foco neste trabalho construir a relação entre a teoria, a história e a política da época em que Gorender escreve, a fim de identificá-lo como um intérprete do Brasil partícipe ativo da controvérsia do modo de produção e da revolução brasileira.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Jacob Gorender; escravismo colonial; modo de produção brasileiro			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Jacob Gorender formulated his interpretations on Brazilian social formation in a way to provide support to his political intervention. The research Gorender conducted and that led to the formulation of colonial slavery as a mode of production historically new and theoretically innovative was to support his criticism of Brazilian Communist Party (PCB) formulations on the Brazilian revolution, derived from reflections on the feudal or capitalist character originating in Brazilian social formation. It is possible to identify in the main work were Gorender presents his formulations about his characterization on Brazilian mode of production - <i>O escravismo colonial (Colonial slavery)</i> (1978) – two dimensions: theoretical and historical. From the theoretical point of view, Gorender aims to recover the mode of production concept, a notion of slave system and a colonial system, in order to construct the foundations of his reflection on the existence, in Brazil, of a mode of production historically differentiated and with its own laws of motion. Historical dimension is given in a way to describe Brazilian mode of production historical process since colonization, his reference to characterize this mode of production motion laws, to explain territorial occupation manner, peculiar form of Brazilian slavery, circulation processes and reproduction. Thus, our focus in this paper is to build the relationship between theory, history and politics of the time in which Gorender writes, in order to identify him as an interpreter of Brazil, active participant in the controversy on mode of production Brazilian revolution.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Jacob Gorender; colonial slavery; Brazilian Mode of Production			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo, insurreições e revoluções: teoria e história			

JACOB GORENDER: modo de produção e transição tipicamente brasileiros para se pensar uma revolução socialista

Maria Malta¹

Marco Antônio Martins da Rocha²

Carla Curty³

Filipe Leite⁴

Wilson Vieira⁵

1. Introdução:

O trabalho de Jacob Gorenader de enveredar pela questão da formação social brasileira é subsidiário de sua atuação política. Foi para dar conta de sua crítica às formulações do PCB sobre a revolução brasileira, derivadas de reflexões sobre o caráter feudal ou capitalista originário da formação social brasileira, que Gorenader realizou, encarcerado, a pesquisa que o levou à formulação do escravismo colonial como um modo de produção historicamente novo.

O esforço de Gorenader em *O Escravismo Colonial* (1978) tem duas dimensões claras: uma teórica e outra histórica. Teoricamente o autor busca recuperar o conceito de modo de produção, a noção de sistema escravista e de sistema colonial a fim de assentar as bases para a sua reflexão sobre a existência, no Brasil, de um modo de produção historicamente diferenciado e com leis de movimento próprias. Seu recurso à história é, portanto, fundamental para configurar o modo de produção escravista colonial. Descrever o curso da história do modo de produção brasileiro desde a colonização de nosso território é a sua referência para caracterizar as leis de movimento do modo de produção escravista colonial; e em decorrência, explicar a forma de ocupação territorial, a forma peculiar da escravidão brasileira, os processos de circulação e de reprodução. Desta forma, Gorenader buscava enfrentar o debate que nem a racionalidade capitalista da produção de

¹ Professora Adjunta do IE/UFRJ, Diretora da Sociedade de Economia Política (SEP) e Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/ UFRJ).

² Professor Adjunto do IE-UNICAMP, Pesquisador do LEMA.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do IE/UFRJ e Pesquisadora do LEMA.

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da FE/UFF e Pesquisadora do LEMA.

⁵ Professor Adjunto do IE/UFRJ e Pesquisador do LEMA.

mercadorias para exportação, nem a forma de ocupação territorial em latifúndio de concessão Real eram suficientes para enquadrar a origem da formação social brasileira nos moldes do capitalismo ou do feudalismo formulados com referência a Europa.

No entanto, toda esta dedicação teórica e historiográfica só se explica na trajetória do militante comunista Jacob Gorender pelo seu interesse em estabelecer novas bases para o debate sobre a Revolução Brasileira. Neste sentido, este trabalho busca construir a relação entre a teoria, a história e a política da época em que Gorender escreve, a fim de identificá-lo como um intérprete do Brasil partícipe ativo da controvérsia do Modo de Produção e da Revolução Brasileira.

2. O Modo de Produção Brasileiro e a Revolução

O início da militância política de Gorender foi ligado à célula universitária comunista fundada por Mário Alves e vinculada à rearticulação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1940. Por conta de sua participação no Partidão, Gorender foi lutar na Segunda Guerra Mundial e participou da escola de formação de quadros do PCURS. Neste sentido a formação política de Gorender se deu no bojo do debate sobre o caráter da revolução brasileira, umbilicalmente conectado com o debate a interpretação da formação social brasileira que daria origem a uma conjuntura semi-feudal ou efetivamente capitalista.

Independentemente das posições no debate, o que mais incomodava Gorender era que ambas as posições dentro do partido, que elaboradas encontravam Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior seus melhores representantes, davam origem a uma visão sobre a revolução brasileira de caráter democrático e nacional. Em ambas as leituras sobre a formação social brasileira pairava a ausência da formação de uma nação com projeto autônomo⁶, o que nas duas interpretações em disputa dependia da formação de uma burguesia nacional que pudesse ser aliada em uma revolução de caráter anti-imperialista. Era a percepção de que havia tarefas em atraso a serem cumpridas por uma fase anterior à socialista.

⁶ É fato que em alguns casos a problemática sobre a burguesia nacional era hipostasiada na ideia de Nação (i.e. burguesia nacional é a burguesia da formação da Nação). Dessa forma o Nacionalismo acabava por justificar a existência teórica da burguesia nacional.

A avaliação de Gorender partia de uma crítica ao VI Congresso da Internacional Comunista de 1928 no qual a hegemonia stalinista estabelecera que as sociedades extra-europeias fossem enquadradas em uma linha de desenvolvimento supostamente encontrada na história europeia: uma evolução do comunismo primitivo para o escravismo que se transformara em feudalismo de cujas contradições sugira o capitalismo cuja própria dinâmica de lutas internas faria o parto do socialismo (Maestri, 2010). Em sua visão este movimento não era origem de um erro de interpretação ou desvio de aplicação do método marxista, mas uma orientação política clara de Moscou para a contenção do movimento social nos países do então chamado Terceiro Mundo.

O incômodo de Gorender com versões como a de Alberto Passos Guimarães, na qual a luta social do período colonial e do império era representada por uma disputa entre o camponês pobre sem-terra e o latifundiário semi-feudal, era o de um pesquisador que se afirmara depois como um dos principais nomes da historiografia brasileira. O principal contingente trabalhador no Brasil colonial e imperial era de escravos. A figura do “camponês pobre sem-terra” pertencia a um imaginário que só poderia encontrar um mínimo de correspondência em uma parte restrita do território brasileiro após o início das legislações contra o tráfico negreiro, as imigrações não portuguesas e a lei de terras. Como aquela interpretação poderia representar a linha de um partido que pretendia transformar a realidade brasileira?

Estas questões transformaram-se em divergências políticas suficientes para que, junto com Mário Alves, Apolônio de Carvalho e outros comunistas críticos à linha do PCB, em 1968, fizesse parte da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A principal questão de divergência era a da revolução, como vinha gravado no nome do partido. A linha do novo partido rejeitava a aliança com a burguesia, mas ainda negava a luta direta pelo socialismo e defendia a luta social e sindical associada à luta armada no campo. Gorender não compartilhava a orientação para a luta armada, mesmo diante das experiências exitosas de Cuba e Vietnã. De seu ponto de vista, a realidade brasileira era muito diferente em sua formação social em relação à daqueles países e considerava fundamental a luta direta pelo socialismo. Assim, nosso autor também se encontrava dentro do PCBR como um crítico.

Ao mesmo tempo a fragmentação da esquerda dera origem a uma série de organizações que já apresentavam a revolução brasileira a ser feita como de caráter socialista, porém Gorender considerava suas formulações frágeis do ponto de vista histórico e teórico, por se debruçarem apenas sobre a história do Brasil posterior à Revolução de 1930, o que os impedia de caracterizar

adequadamente todas as forças políticas que compunham a formação social brasileira, bem como compreender as idiossincrasias do nosso modo de produção.

Tendo “caído” em 1970 junto com a maior parte da direção do PCBR, para manter a sanidade em meio a tanta tortura e perdas dos companheiros executados sob tortura, Gorender começou a pesquisa que daria origem à formulação de sua interpretação da história da formação social brasileira e do modo de produção brasileiro. A primeira versão deste seu trabalho foi tornado público sob a forma de curso (Maestri, 2010) e já nesta formulação apresentava a visão de que a formação social brasileira havia transicionado do escravismo direto para o capitalismo, sem passagem por um sistema feudal. Desta hipótese histórica retirava a formulação de que havia necessidade de uma revolução que pautasse a luta direta pelo socialismo, descartando uma etapa anti-feudal apoiada em uma burguesia nacional progressista, conforme a declaração de 1958 do PCB defendia.

Em outubro de 1971 concluíra o encarceramento a que fora condenado e jamais retornou à militância revolucionária orgânica, no entanto, terminou a pesquisa e publicou o livro que serviu como base teórica para uma interpretação revolucionária do Brasil que advogava o caráter socialista da Revolução Brasileira.

3. A interpretação do Brasil de Gorender: o escravismo colonial e sua transição

Nosso ponto de partida para afirmar Gorender como um intérprete do Brasil é sermos capazes de identificar em seu trabalho a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo para sua interpretação do capitalismo no Brasil. Sua obra principal faz uma longa reflexão sobre a história brasileira identificando suas idiossincrasias, a fim de estabelecer um processo de transição histórica para o presente de seu tempo que o revelasse de forma mais contundente em suas características únicas. Ao mesmo tempo era esta diferenciação que capacitava o autor de formular um programa político sobre como superar os problemas do país diferente daquele dominante em sua época: o programa democrático nacional. Assim, Gorender tem consigo a missão intelectual que caracteriza os intérpretes do Brasil, pois busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do país para transformá-la.

Deste modo, articulam-se na obra de Gorender definição do modo de produção escravista colonial, suas leis próprias de reprodução, a explicação de seus limites e de como, em meios a suas contradições, possibilitou as condições de transição capitalista no Brasil. Ao definir o modo de produção dominante no Brasil, Gorender utiliza três noções fundamentais para sua caracterização: a totalidade representada por forças produtivas e relações de produção; a definição da natureza do excedente produzido; e por fim, a definição de colonial a partir de seu significado econômico e não de sua institucionalidade política.

Para o autor, a distinção que permite definir a particularidade de um modo de produção dito escravista colonial está justamente na concomitância entre a especificidade dessas noções no caso brasileiro. No caso da definição do modo de produção, Gorender chama atenção para a especificidade da junção entre as relações de produção do tipo escravista e das forças produtivas mobilizadas através da forma “plantagem” (ou “plantation”). No caso, a utilização do trabalho escravo estava diretamente vinculada a mobilização mercantil das forças produtivas dada pelo caráter da plantagem.

As características próprias da mobilização das forças produtivas e a natureza das relações de produção definiam o escravismo a partir de sua utilização mercantil, tendo como pressuposto a acumulação prévia de capital realizada na metrópole, especificamente no caso do açúcar pela junção entre capitais portugueses e holandeses (GORENDER, 1978). Nesse sentido, a produção excedente da plantagem – isto é, seu sobretabalho – tinha natureza especificamente mercantil, ao contrário das formas pretéritas de escravismo. A necessidade da remuneração de capitais alhures definia assim sua forma mercantil e seu caráter colonial, na definição do próprio autor:

“O significado econômico de colonial, próprio à era iniciada com o mercantilismo, explicita-se, a meu ver nos seguintes traços principais: 1º - economia voltada principalmente para o mercado externo, dependendo deste estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; 2º - troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo na pauta de importações; 3º - fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo.” (GORENDER, 1978, p. 201)

Em razão da estreiteza do mercado interno formado a partir do modo de produção dominante, ou seja, as atividades econômicas fora da plantagem, mas subordinadas a ela, o excedente produzido só poderia se realizar socialmente através de sua circulação pela metrópole.

Entretanto, isso não anula a existência de leis próprias de reprodução do modo de produção colonial. No caso da interpretação de Gorender, como o fator decisivo para a exploração colonial residia na disponibilidade da força de trabalho escrava, e dada a homogeneidade das técnicas produtivas, a produtividade era tida quase exclusivamente ainda como produtividade do trabalho, definido assim a lei de população do escravismo colonial como sua dimensão fundamental em ditar seus limites de acumulação.

Esse fato fazia com que o capital completasse seu ciclo de reprodução retornando a sua forma mobilizada em “mercadoria-escravo” (de forma semelhante a incorporação de trabalho morto no ciclo de reprodução capitalista). Como a lógica de reprodução era totalmente avessa ao crescimento da superpopulação relativa, a reprodução do colonialismo escravista retornava sempre ao problema da escassez relativa da força de trabalho.

“Com relação ao modo de produção escravista colonial, se considerarmos uma população escrava de dimensões dadas, verificamos que, em vez da criação de uma superpopulação relativa, o mecanismo econômico age tendencialmente no sentido da diminuição absoluta da população escrava e da criação de sua escassez. Ao mesmo tempo, excluída a influência de fatores naturais e de raras inovações técnicas, todo aumento da população decorre do aumento do número de trabalhadores, uma vez atingido o limite possível da duração e da intensidade da jornada de trabalho.” (GORENDER, 1978, p. 348)

Dada o vazio demográfico (na maioria das vezes por conta do deslocamento ou dizimação da população nativa) em que se fez a ocupação colonial do Brasil, Gorender entendeu como fator primordial para a formação de uma acumulação prévia à transição capitalista no território nacional a disponibilização da força de trabalho enquanto mercadoria e não apenas a apropriação dos meios de trabalho. Logo, a interpretação de Gorender aponta para a forma como a estrutura econômica interna a formação nacional ensejou a acumulação de capitais e impôs os limites próprios cujas resoluções encaminharam a transição capitalista no Brasil.

4. Considerações Finais

Embora ao apontar os limites do escravismo colonial Gorender não faça maiores considerações sobre a necessidade da superação desse modo de produção ser no sentido do

estabelecimento do capitalismo (Ferrari; Fonseca, 2007), a reflexão do autor desemboca diretamente em sua interpretação sobre a formação da burguesia brasileira, pedra de toque no debate sobre a Revolução Brasileira, em obra posterior⁷ ao *Escravidão Colonial*. A gênese mercantil e vinculada ao capital internacional da burguesia brasileira retirava da revolução burguesa no Brasil qualquer caráter progressista e nacionalista de suas orientações políticas, resultando na crítica às posições que defendiam um bloco popular-democrático a partir da burguesia dita nacional.

A expansão do capital nacional, apoiada no capital estrangeiro, a partir da década de 1970 se por um lado expandia o dinamismo do processo de industrialização e formação do mercado interno, levava também à tendência de descapitalização da economia nacional. Esse vício de formação e de evolução do capitalismo nacional levava a um horizonte de pouca possibilidade de crescimento contínuo do padrão de vida dos trabalhadores dentro da ordem burguesa instituída, e pouca possibilidade do apoio da burguesia a qualquer transformação real. Nesse sentido, embora ainda que construída extemporaneamente ao debate pré-1964, sobretudo em razão do cárcere, a interpretação de Gorender se faz atual na reinvenção do bloco popular-democrático pós anos 1980, assim como sua crítica, naquele momento já sem sua versão petista.

5. Referências Bibliográficas:

FERRARI, Andres; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Caio Prado Júnior, Jacob Gorender e a escravidão colonial brasileira: uma apreciação crítica.” *In: Revista de Economia Política e História Econômica*, número 10, dezembro de 2007.

GORENDER, Jacob. “A espoliação do povo brasileiro pela finança internacional”. *In: ESTUDOS SOCIAIS*, nº 6, Rio de Janeiro, maio/setembro de 1959, pp. 131–48.

_____. “O V Congresso dos comunistas brasileiros”. *In: ESTUDOS SOCIAIS*, n. 9, Rio de Janeiro, outubro de 1960, pp. 3–11.

_____. “Direções da luta pela democracia em nosso tempo”. *In: ESTUDOS SOCIAIS*, Rio de Janeiro, nº 18, novembro de 1963, pp. 189–93.

_____. **O escravismo colonial**. Editora Atica. São Paulo: Brasil, 1978.

⁷ Em 1981, Gorender escreve “A Burguesia Brasileira” e publica pela editora Brasiliense de Caio Prado Junior.

_____. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica.” *In*: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980.

_____. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Brasil em preto & branco**. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. “Liberalismo e escravidão. Entrevista.” *In*: **Estudos Avançados**. São Paulo, IEA-USP, 2002, n. 46.

MAESTRI, Mário. “O escravismo Colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender.” *In*: GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

_____. “Jacob Gorender”. *In*: PERICAS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.